

## **Novo patamar da economia é de moderação**

*Fernanda Bompan e Paula de Paula*

A piora dos indicadores macroeconômicos dos últimos meses, e até anos, sinalizam que a economia brasileira caminha para um crescimento moderado e abaixo da taxa potencial - cujo consenso atual é de 3,5%. De acordo com especialistas de diversos setores entrevistados pelo DCI, esta situação leva o País a um novo patamar de desenvolvimento.

No final do ano passado, contas públicas (atingiu a meta do superávit primário com manobras contábeis), inflação (que chegou a 5,84%, próximo do teto da meta de 6,5%), balança comercial, e Produto Interno Bruto (PIB) não apresentaram resultados positivos, cujos efeitos podem resultar na quebra da credibilidade do governo federal prejudicando a atração de investimentos necessários para que a economia cresça de forma sustentável.

Somente o câmbio, que fechou a R\$ 2,02 por dólar e a taxa básica de juros (Selic), que encerrou a 7,25% ao ano, representaram as mudanças positivas em 2012, mas não foram suficientes para que o PIB pudesse apresentar um avanço próximo ao de 2011. A previsão de todos os especialistas é que feche em torno de 1%.

Para eles, esse cenário continua. As expectativas ou são de que ocorra uma piora nos indicadores, como é o caso da balança comercial ou que se dê uma moderação nas expansões.

Até mesmo, com relação à taxa Selic e ao câmbio, há dúvidas se ficarão nos atuais patamares até o final deste ano.

O economista-chefe do Bradesco, Octavio de Barros, que já foi assessor do Ministério da Fazenda e do BC, diz que o Brasil, com os sinais de crescimento moderado do PIB para os próximos cinco anos, entre 3,5% e 4%, já começa a viver o "New Normal", que significa um novo modo de funcionamento da economia mundial, onde todas as questões que impactavam a economia há cinco ou 10 atrás, deixaram de vigorar. "O novo modelo - menor expansão do crédito, mais intervenção do Estado, aumento dos gastos públicos, baixas taxas de retorno, China crescendo acima da média mundial, mas de forma menos expressiva, economia baseada em investimentos e produtividade - é duradouro", entende.

Para o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas e ex-secretário de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, não há sinais de que a economia apresentará crescimentos maiores do que seu potencial, de 3,5%, nos próximos anos. "Não há nenhuma garantia, hoje, para um avanço de 3,5%. Pelos dados visíveis hoje, a única regularidade da economia é o consumo, cujos efeitos no PIB estão desgastados, exemplo disso é o baixo crescimento esperado para 2012. Não vejo, a despeito do consumo, que a economia possa crescer com baixo volume de investimentos. E neste momento, o governo não mostra que pretende aumentar as taxas de retorno, que estão por volta de 5,5% a 6%. Somente com taxas maiores de 8%, o País atrairia mais recursos", disse o economista.

Como o modelo de crescimento atual no Brasil está desgastado na opinião de Raul Velloso, o governo usa de artifícios, como desonerações de Imposto sobre Produtos Industrializados [IPI]. "Essa sistemática não dá conforto para atingir a meta do superávit primário, que é a economia que o governo tem que fazer todo o ano para pagar os juros da dívida. A consequência disso é a subida do estoque da dívida".

O economista e professor do Insper, Alexandre Schwartzman, ex-diretor para assuntos internacionais do Banco Central (BC), comenta que há uma deterioração dos padrões da política econômica do País, já que o tripé - controle da inflação, corte dos gastos públicos e câmbio flutuante - que ajudava a sustentar o crescimento, segundo ele, foi deixado de lado na atual gestão. "Nunca um compromisso com as metas foi tão frouxo. O centro da meta da inflação, por exemplo, virou o piso. Não ficará nos 4,5% nos próximos três anos", acredita.

O professor da Veris, Fabrício Pessato, aponta que o problema do Brasil continua sendo a inflação. "A inflação do Brasil continua muito atrelada a inflação passada que é a indexação. Qualquer coisinha que acontece no mundo atinge a inflação", entende.

Para Schwartzman, mesmo se houver aumento da Selic, a inflação não convergiria para o centro da meta, de 4,5%. "Se os juros subissem para 10%, seria um bom patamar, mas isso não vai acontecer. Se elevar, vai ser em 150 pontos [para 8,25%]."

Por outro lado, todos são unânimes em afirmar que as prioridades do governo devem ser reforma tributária e investimentos, o que aumentaria a produtividade no País.

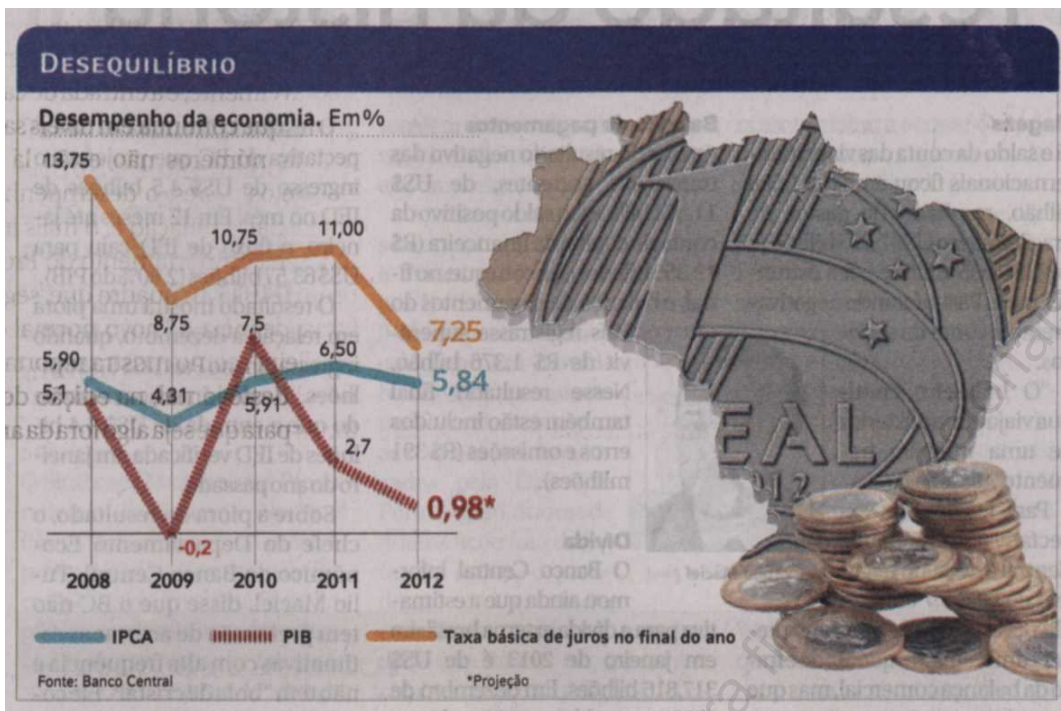
### **Balança comercial e câmbio**

Os especialistas consultados pelo DCI não veem perspectivas de melhoras para a balança comercial brasileira nos próximos anos. Em 2012 o superávit foi de US\$ 19,43 bilhões, 34,77% menor do que os US\$ 29,79 bilhões alcançados no ano anterior. A expectativa do professor Adriano Gomes, da ESPM, é que o resultado deste ano seja positivo em US\$ 17 bilhões.

Segundo o consultor de comércio exterior e ex-secretário de comércio exterior, Welber Barral, no ano de 2013 "difícilmente vamos conseguir fazer crescer muito a balança. Várias previsões internacionais são de que a China não tenha grande crescimento então, se isso provocar uma queda nos preços das commodities nós vamos ter retração do saldo, não acho que este ano vamos chegar a déficit, mas vamos ter uma queda importante do saldo."

Na opinião do presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, a questão da melhora da balança comercial depende muito mais de questões externas do que internas e também mencionou a desaceleração da China. "A melhora só ocorrerá se o mundo crescer mais, o mundo tem uma tendência a sair da crise e se isso acontecer tende a melhorar, ou aumenta a cotação das commodities ou a demanda, não temos nenhuma garantia que isso possa ocorrer. A China está passando por um processo de desaceleração, então os fatores dependem pouquíssimo do Brasil", disse.

Com relação ao câmbio, Gomes, acredita que a política cambial do governo ainda tem um viés muito emergencial. "Nos últimos três meses de 2012 o câmbio ficaria com uma taxa muito mais próxima da realidade, quando percebeu um aumento da inflação, o governo começou a vender dólar futuro. É uma gestão de contingência, sem direção certa".



Fonte: DCI, São Paulo, 23, 24 e 25 jan. 2013, Primeiro Caderno, p. A3.

A utilização deste artigo é exclusiva para